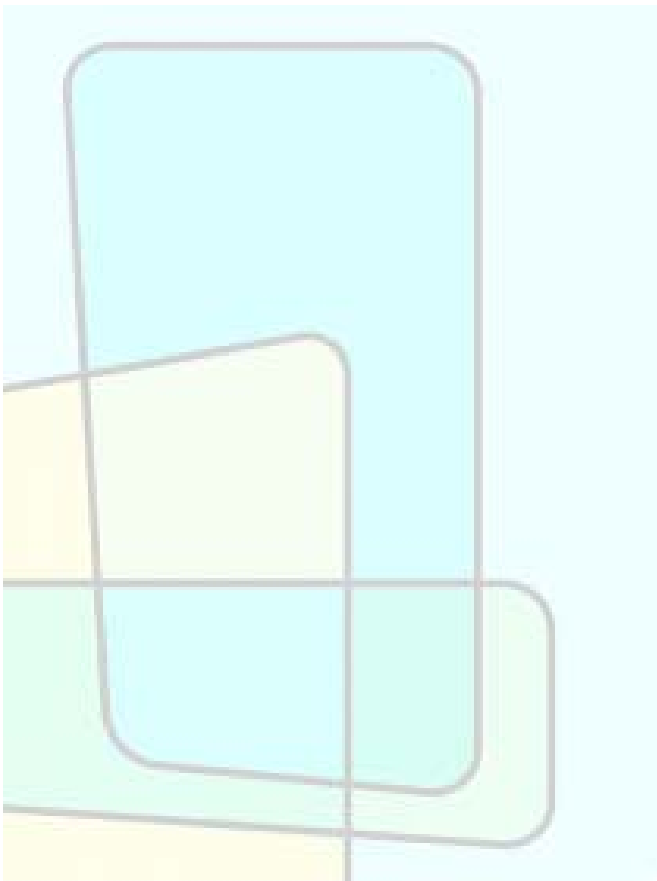




OIJ



**Plano Ibero-
Americano de
Cooperação e
Integração da
Juventude.
2009-2015**

Outubro, 2008



OIJ



PLANO IBERO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA
JUVENTUDE

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

- 1.- Introdução
- 2.- Processo de Formulação
- 3.- Objectivos do Plano
- 4.- Princípios Reitores
- 5.- Linhas de Actuação
 - 5.1.- Institucionalidade da Política da Juventude
 - 5.2.- Participação Política e Social
 - 5.3.- Educação das e dos Jovens
 - 5.4.- Saúde
 - 5.5.- Emprego
 - 5.6.- Cultura
- 6.- Execução do Plano
- 7.- Seguimento e Avaliação do Plano
- 8.- Período de vigência
- 9.- Financiamento



PLANO IBERO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA JUVENTUDE

1. Introdução

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 1985 como Ano Internacional da Juventude, reconhecendo a especificidade deste grupo populacional e o seu importante papel no desenvolvimento dos valores de paz e convivência que se encontram expressos na Carta desta Organização Internacional. Esta convocatória serviu para que o Estados introduzissem na sua agenda a necessidade de preocupar-se com a população jovem, conhecê-la e fazer com que seja partícipe na construção dos seus respectivos países. Para tal começaram a pôr-se em marcha programas governamentais destinados à juventude e avançou-se na criação de instituições para a sua planificação, gestão ou avaliação.

A experiência acumulada nestes anos dotou-nos de um maior conhecimento sobre as situações da juventude, os seus problemas e as suas potencialidades no desenvolvimento dos seus contextos. No entanto, as oportunidades dos jovens vêm-se frtamente condicionadas pela situação da sua família e pelas possibilidades de desenvolvimento do seu contexto territorial, da sua região ou país, pelo que é importante o abalho de coperação entre actores e instituições para melhorar as oportunidades dos nossos jovens.

Encontramo-nos num contexto distinto ao de 1985, com múltiplas ameaças no horizonte mas com importntes desafios que supõem uma oportunidade para as e os jovens da nossa região, podendo potenciar que sejam eles os protagonistas da agenda política e do desenvolvimento do seu próprio contexto. Avançou-se em tudo o que significa garantir e aumentar a protecção jurídica das e dos jovens, como grupo diferenciado, afiançando direitos políticos, económicos, sociais e culturais, e reforçando o princípio da não discriminação por nenhuma condicionante particular particular da pessoa jovem.

Consciente do novo contexto e do potencial da Juventude como actor social, a Cimeria Ibero-Americana da Salamanca (espanha) de 2005 decide encomendar à Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) a realização de uma Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude, que acompanhe os processos de integração dos países e dos seus jóvenes.

Encarregou-se à Organização Ibero-Americana da Juventude a elaboração de um Plano de Cooperação e Integração da Juventude para assegurar e promover os direitos dos jovens e potenciar a integração entre as novas gerações de Ibero-Americanos (Declaração de Salamanca, 2005)



OIJ



Perante esta oportunidade, seguindo a encomenda, a OIJ inicia um Processo de Participação para o desenho do Plano (proposto na Reunião Ordinária do Conselho Directivo da OIJ, Assunção, Abril de 2006 e aprovado na XIII Conferência de Ministros da Juventude, La Habana, Outubro de 2006), para conhecer as principais necessidades da juventude da região, realizar contactos com os principais actores implicados nas políticas de juventude e poder indicar umas recomendações estratégicas, para o desenvolvimento de iniciativas estatais, que pudessem ser apoiadas pela comunidade internacional e outros estados, através da cooperação bilateral e multilateral, e acções a nível internacional para potenciar o desenvolvimento das políticas da juventude no espaço ibero-americano.

Antecedentes Ibero-Americanos.

Em 1992 nasce a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), composta num primeiro momento pela maioria dos países participantes nas Cimeiras Ibero-Americanas. Esta Organização recolhe o impulso dado às políticas da juventude em torno ao Ano Internacional da Juventude em 1985, promove a inclusão do tema da juventude na agenda pública e apoia a criação e o fortalecimento dos Organismos Oficiais da Juventude na Ibero-América. Através das suas reuniões ministeriais, a OIJ contribuiu a definir linhas comuns de actuação e vinculação entre todos os seus membros.

Destacamos a constituição formal da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), que culminou o seu processo de institucionalização na VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude antes mencionada. Com isso, junto ao reforço do tecido de instituições que constitui o espaço Ibero-Americano, consolida-se o papel da OIJ, como organismo cooperador das Cimeiras Ibero-Americanas em matéria de políticas da Juventude. (Declaração de Vinha do Mar, 1996)

Entre 1995 e 2000 puseram-se em marcha as três etapas do programa Regional de Acções para a Juventude na América Latina (PRADJAL), promovido na reunião ministerial da juventude da Organização, que se desenvolveu em Montevideu (Uruguai) em 1994, posteriormente aprovada pela Cimeira Ibero-Americana de chefes de Estado e de Governo de Cartagena das Índias (Colômbia) de 1994. As três etapas do PRADJAL (Diagnóstico, Implementação e Avaliação), ajudaram, fundamentalmente, ao incipiente processo de institucionalização das políticas da juventude na região, apoiando a criação de estruturas governamentais competentes nesta matéria e formando os responsáveis dos mesmos, assim como a outros factores estratégicos para as políticas da juventude.

Encarregamos a Organização Ibero-Americana da Juventude da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a sua VII Conferência de Ministros Responsáveis da Juventude, que terá lugar em Montevideu em Abril de 1994, para que desenhe um Programa Regional de Acções para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina. Dita proposta contemplará um conjunto de actuações nos âmbitos da educação, o emprego, a saúde, a legislação, a cultura, o recreio e em todas aquelas esferas que tendam a melhorar a qualidade de vida dos nossos jovens (Declaração de Cartagena das Índias, 1994)

Em 2004 publica-se, graças à colaboração estabelecida entre a OIJ e a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas das Nações Unidas (CEPAL), o estudo *A juventude na Ibero-América. Tendências e Urgências*, que supõe a primeira análise sistemática da situação da população jovem na região e das políticas da juventude, incluindo tanto os países da América Latina como também os países ibéricos, e



atendendo aos elementos mais importantes como são a análise de contexto, a pobreza, a educação, a saúde, o emprego das e dos jovens ou a própria institucionalidade da política da juventude. De facto, este é o primeiro documento no qual se faz uma análise global da dimensão Ibero-Americana sobre a Juventude, com base em fontes estatísticas, e se ilustra adequadamente as principais tendências.

Contexto actual

A nossa região é essencialmente jovem, com um potencial demográfico que supõe uma grande oportunidade para o futuro e dentro dos desafios próprios do século XXI. Porém, também fica uma grande preocupação pendente no que respeita às desigualdades económicas e sociais, afectando em maior medida a juventude. Por isto, é importante considerar como instrumento de análise, tudo o que deriva das reflexões, acordos e estratégias da Coesão Social estabelecidas no quadro da Cimeira Ibero-Americana de Santiago do Chile, 2007.

Uma das características regionais da população, especialmente da América Latina, é a persistência de situações de pobreza, manifestada da pior forma na fome e na desnutrição, saúde precária, inacessibilidade ao sistema educativo, aglomeração desordenada e deterioro do habitat urbano e rural, insegurança e violência, discriminação e desigualdade social, impossibilidade de incorporação à vida política, económica e cultural; e, portanto, com poucas possibilidades de influência sobre as suas próprias condições de vida.

Na Ibero-América, os meninos, as meninas e os adolescentes conformam a maior parte da população. Muitos deles nascem em condições de pobreza e exclusão, o que diminui as suas capacidades pessoais e compromete o futuro das nossas sociedades. Reconhecemos a dívida que os nossos estados têm para com os jovens e comprometemo-nos a continuar a busca de soluções que assegurem a sua plena inserção social e laboral e a sua participação na tomada de decisões sobre todos os assuntos que lhes repeitem. Ratificamos portanto o nosso decidido apoio às actividades desenvolvidas na busca desses objectivos pela Organização Ibero-Americana da Juventude. Comprometemo-nos a continuar o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis que permitam cumprir os objectivos e metas acordadas pelos países Ibero-Americanos, especialmente a favor da infância indígena e afro descendente, com critérios de equidade e inclusão social, implementando um sistema de assistência técnica horizontal para a região e procurando que a cooperação internacional incremente o seu apoio, em cumprimento do compromisso internacional de destinar 0,7% do PIB dos países desenvolvidos como ajuda oficial ao desenvolvimento. (Declaração de Santa Cruz da Serra, 14 e 15 de Novembro de 2003).

A política da juventude tem certas complexidades na sua articulação supranacional, onde é habitual realizar recomendações ou orientações, mas onde se verificam certas dificuldades de articulação operativa. Por um lado, é evidente que não existe um só tipo do ser jovem, existem diversos tipos pelo qual é mais correcto falar de juventudes, o que implica vários desafios para o desenho e coordenação de políticas públicas pertinentes. Por outra parte, na maioria dos estados ibero-americanos, as necessidades e potencialidades das juventudes não são ainda contempladas na agenda pública como questões de Estado das quais depende qualquer estratégia de desenvolvimento.

Preocupados pelos assuntos que inquietam os jovens dos nossos países, estamos conscientes e convencidos que é necessário redobrar os esforços na nossa gestão governamental, com vista a garantir a ampliação das oportunidades na educação, emprego, saúde e participação democrática das novas gerações de ibero-americanos. (Declaração de Margarita, 1997)



A possibilidade de mobilizar distintos actores num **Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude** é um avanço notável, pois viabiliza a juventude e prioriza-a na agenda pública. Do mesmo modo a articulação de pactos pela juventude a nível supranacional e nacional implica as instituições e os representantes da sociedade civil, e apela ao compromisso dos agentes económicos.

Desenvolver programas e políticas específicas e desenhar instrumentos legais que reflectam o compromisso dos Estados Ibero-Americanos com a Juventude, com a finalidade de dar-lhe as oportunidades para que contribua para a coesão social (Declaração de Santiago do Chile, 8, 9 e 10 de Novembro de 2007).

Concebe-se portanto com uma dimensão dupla; na que, por um lado, se propõem actuações no âmbito ibero-americano e desde as próprias instituições e, por outro, alguns desenvolvimentos nacionais, apoiados pela cooperação multilateral.

A Conferência Ibero-Americana promoveu nos últimos anos, o desenvolvimento de programas de cooperação multilateral entre os membros da Comunidade Ibero-Americana, cuja evolução serve de precedente à posta em marcha de futuros programas de desenvolvimento dos objectivos deste plano.

ADAI:

Programa de apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos

Bancos de Leite Humano

CITED

Programas Ibero-Americanos de Ciência e Tecnología para o Desenvolvimento

Formação em Políticas de Infância

IBERSCENA

Programa de Desenvolvimento para Apoio à Construção do Espaço Cénico Ibero-Americano

PIA

Plano Ibero-Americano de Alfabetização

Iniciativa Ibero-Americana Pablo Neruda

IBERGOP

Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas

IBERMEDIA

Programa de Desenvolvimento Audiovisual de Apoio à Construção do Espaço Audiovisual Ibero-Americano

IBERPIME

Programa Ibero-Americano de Cooperação Inter-institucional para Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa

PICBIP

Programa Ibero-Americano de Cooperação em matéria de Bibliotecas Públicas

Plano Ibero-Americano de Alfabetização



RADI

Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos

RILVI

Repertório Integrado de Livros à venda na Ibero-América

TEIB

Televisão Educativa Ibero-Americana

O ano 2008 foi declarado **Ano Ibero-Americano da Juventude** por parte da Cimeira Ibero-Americana de Santiago do Chile (Chile) 2007, além de seleccionar para a próxima Cimeira Ibero-Americana de San Salvador o tema “Juventude e Desenvolvimento”. Por isto, é um ano estrategicamente decisivo para pôr as políticas da juventude nas agendas políticas a todos os níveis, não só na política ibero-americana, mas também a nível nacional, regional e local.

Nesta situação, requeremos a vontade dos Estados membros da Comunidad Ibero-Americana para intensificar as suas relações de cooperação mútua, para melhorar as condições de vida da juventude. Esta realidade entronca com o trabalhar de uns objectivos estabelecidos no concerto das nações no seio das Nações Unidas, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome

Objectivo 2 Atingir a educação primária universal

Objectivo 3 Promover a igualdade entre os géneros e a atribuição de poder à mulher

Objectivo 4 Reduzir a mortalidade das crianças menores de 5 anos de idade

Objectivo 5 Melhorar a saúde materna

Objectivo 6 Combater o HIV/SIDA, o paludismo e outras doenças

Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade do meio-ambiente

Objectivo 8 Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento

“A actual é a primeira geração de jovens que conta com os recursos e a tecnologia para realizar o direito ao desenvolvimento. Nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) expressa-se uma visão comum de desenvolvimento que consiste em pôr o ser humano e o desenvolvimento social no centro da agenda política, por cima inclusivé do desenvolvimento económico que somente um meio e uma condição indispensável para o pleno desenvolvimento.

Os ODM abarcam desde a redução pela metade da pobreza extrema e da fome, fazer com que todas as crianças acudam à escola primária, deter a propagação das doenças infecto-contagiosas como o HIV/Sida, garantir um meio ambiente sustentável e até procurar uma melhor cooperação internacional entre os países. Todos estes objectivos deverão atingir-se antes de 2015, uma tarefa possível e assumida de igual modo pelos países desenvolvidos, pelos países em vias de desenvolvimento, a sociedade civil e pelas principais organizações dedicadas à cooperação multinacional.”¹

¹ David Urzúa. “Jovens da Ibero-America e os Objectivos de Desenvolvimento do milenio: Desafios no meio caminho”. Documento de trabalho da Conferência de Ministros da Juventude de la Habana 2006. pp.7



2. Processo de formulação

A metodologia seguida para desenhar o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude consistiu num amplo processo de participação (de acordo com o aprovado pelo Conselho Directivo e pela Conferência de Ministros da Juventude) para conhecer os principais problemas, necessidades e apelos da população jovem, conhecer o trabalho dos diferentes actores preocupados pelo desenvolvimento das e dos jovens na Ibero-América, e poder estabelecer uma estratégia que enquadre a actuação común para melhorar as políticas da juventude em toda a região.

Durante os meses de Fevereiro e Março de 2007, realizou-se uma consulta a diversos organismos públicos que trabalham directa ou indirectamente com juventudes, assim como a organizações da sociedade civil no mesmo âmbito. Posteriormente, no seguinte mês de Abril, convocou-se um Fórum de Participação sobre o Plano Ibero-Americano da Juventude na cidade de Cartagena (Colômbia), com o objectivo de que os responsáveis políticos e técnicos da juventude das instituições nacionais, e outros que actuam desde as agências de cooperação internacional, bem como alguns especialistas do tema juventude na região, reflectissem e debatessem acerca da articulação de esforços no Plano Ibero-Americano. Posteriormente, com a intenção de dar lugar à opinião de aqueles que não puderam assistir ao encontro presencial, realizou-se um Fórum Virtual no qual se depositaram ideias, sugestões e comentários. Finalmente, para sistematizar e analisar os contributos, em Setembro de 2007 a CEPAL auspiciou uma reunião técnica entre um grupo de especialistas. Todo este processo de consulta permitiu o conhecimento, a comunicação e o enriquecimento entre distintos actores institucionais da Ibero-América centrados nos temas da juventude, com o qual se habilita a integração de uma *minoría activa* comprometida com a implementação do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude.

Este conhecimento mútuo e aproximação de interesses, encontra-se na base de estabelecer processos de integração, recorrendo fundamentalmente ao intercâmbio e experiências com resultados positivos e sua posterior difusão e implementação noutros espaços. A integração necessita, sem dúvida, deste processos de conhecimento mútuo e de aproximação para tender a situações e respostas homogéneas e partilhadas, além de uma boa comunicação.

3. Objectivos do Plano.

1. Objectivo Geral.

Potenciar e fortalecer as actuações de cooperação entre os estados, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, para melhorar as políticas da juventude na região ibero-americana, como base do desenvolvimento dos direitos de cidadania das e dos jovens.



OIJ



2. Objetivos Específicos.

- Iniciar um processo de integração entre os estados, que permita a cooperação multilateral no desenvolvimento de políticas da juventude na região;
- Fomentar a aproximação entre os actores implicados na tarefa de assegurar o exercício efectivo dos direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais da juventude, com o protagonismo dos próprios jovens;
- Fortalecer e consolidar as políticas públicas da juventude nos países da Comunidade Ibero-Americana dentro do desenvolvimento das accões a favor da juventude;
- Enriquecer a metodologia na elaboração dos projectos destinados a jovens.

4.- Principios reitores

As características do processo de construção da Comunidade Ibero-Americana de Nações e das políticas da juventude, levam-nos a adoptar uma série de princípios fundamentais na hora de abordar qualquer actuação desde a própria Comunidade no desenvolvimento do Plano.

PRINCÍPIOS REITORES

- PARTICIPAÇÃO
- COORDENAÇÃO
- INTERCULTURALIDADE, NÃO DISCRIMINAÇÃO E SOLIDARIEDADE
- IGUALDADE DE GÉNERO

- Participação.

No desenvolvimento de todas as actuações é imprescindível a participação social e política das diferentes instâncias juvenis, tanto como objecto e como sujeito das actuações institucionais. No caso da população jovem transforma-se num elemento prioritário pelos seus benefícios no processo de aprendizagem, bem como de compromisso com o contexto social e com as instituições.

- Coordenação

Em política de juventude é imprescindível a coordenação no seio dos estados por parte de todos os níveis de governo, e também a coordenação dos organismos internacionais na sua actuação segundo as suas competências e responsabilidades. Trata-se de dimensionar as políticas de juventude como parte substantiva da política



e da coesão social dos Estados Ibero-Americanos, assim como projectar a política da juventude como uma das componentes básicas para cumprir de maneira coordenada o papel social do estado, garante do bem-estar, segurança e liberdade.

- Interculturalidade, não discriminação e solidariedade.

É imperativo atender a realidades diferentes no âmbito da extensão territorial com aquelas diferenças étnicas e culturais que se encontram no espaço Ibero-Americano. Neste sentido, ter-se-á que dar especial atenção às necessidades específicas das populações indígenas e afrodescendentes,

De igual modo, requiere-se promover uma perspectiva transversal de justiça social e solidariedade em todas as actuações institucionais que inclua a atenção às necessidades dos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos que vivem com alguma incapacidade/deficiência, os que por circunstâncias de conflicto ficaram sem lar nem família, os que se encontram expostos a qualquer forma de exploração, ou os que padecem analfabetismo e desnutrição severa, entre outras situações. Neste sentido, a base consiste em realçar as políticas públicas da juventude como uma ferramenta para gerar igualdade de oportunidades e justiça social em todo os âmbitos de actuação do estado. Promover-se-ão, portanto, acções de intercambio de boas prácticas e experiências relacionadas com este tema.

Como consequência é necessário priorizar actuações que tendam a criar ou fortalecer os programas nacionais dirigidos à protecção dos e das jovens em situação de vulnerabilidade extrema e alto risco social, mediante políticas integrais e transversais que incidam na efectiva inclusão social destes jovens.

- Igualdade de género.

En todas as actuações deverá ser tida em conta a incorporação das necessidades específicas da mulher jovem, duplo objectivo daquelas, apostando pela discriminação positiva nas actuações e nas medidas de benefício.

Portanto, as políticas de juventude devem observar o género como um critério transversal que promova a inclusão social e os principios de igualdade e equidade entre as mulheres e homens jovens.

5.- Líneas de Actuação

Na implementação do Plano de Cooperação e Integração da Juventude entre 2009 e 2015, definiram-se duas formas básicas de actuação, uma de vinculação às macro actividades da comunidade ibero-americana, e outra de contributo no âmbito nacional para os objectivos estratégicos do plano.

Ao longo das linhas de actuação estabeleceu-se um quadro da cooperação multinacional compreendido numa série de macro actividades que estarão



OIJ



sistematizadas na Estratégia de Implementação do Plano. Ainda assim, cada país, de acordo com o seu próprio plano de desenvolvimento da juventude, poderá contribuir com acções de âmbito nacional para o cumprimento dos objectivos de cada linha de acção: institucionalidade, participação, educação, saúde e emprego.

Quer isto dizer que, existe um plano de vinculação e cooperação multinacional, e existe outro plano de contributos desde actuações institucionais no âmbito nacional. Ambos, em qualquer dos casos, deverão contribuir à modificação das situações que foram diagnosticadas pelo consenso ibero-americano respeitante às juventudes.

LINHAS DE ACTUAÇÃO DO PLANO

1.- INSTITUCIONALIDADE

2.- PARTICIPAÇÃO

3.- EDUCAÇÃO

4.- SAÚDE

5.- EMPREGO

6.- CULTURA

Nota: Estas linhas foram identificadas tendo como base as distintas acções realizadas no contexto do Processo Participativo de Desenho do Plano.

5.1. Institucionalidade da política de juventude.

Com a declaração da 39ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que apelou a dar maior atenção e resposta efectiva às necessidades das juventudes, com motivo do Ano Internacional da Juventude em 1985, a região ibero-americana deu uma melhor atenção na agenda pública às questões relativas às pessoas jovens. Das actuações realizadas em torno a esse ano, nasceram e reformularam-se departamentos governamentais para trabalhar pelos e pelas jovens, e definiram-se as bases das políticas de juventude.

O desenvolvimento nos diferentes países foi distinto, apesar dos intercâmbios de informação e o trabalho de integração que se produziu no seio da OIJ. Uma das principais diferenças em cada estado, é a própria definição de juventude por idades (a Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens unificou juridicamente um critério de 15 a 24 anos), e também as diferenças de responsabilidades que exercem os departamentos governamentais de juventude, movendo-se entre a coordenação da política, a programação ou a execução de programas destinados à juventude.



Em relação a esta primeira questão, a definição da idade levou a algumas confusões relacionadas com as actuações públicas destinadas a menores e adolescentes; em relação à segunda, como todas as políticas transversais, embateu com a falta de institucionalização diante dos grandes departamentos sectoriais que controlam maiores recursos, gozando de uma maior tradição e influência.

Ocorrem também distintas visões sobre as pessoas jovens e a sua relação com a sociedade, que vão desde perceber a juventude apenas como um período preparatório e de transição para a vida adulta, ou como uma etapa problemática da vida e que origina conflitos, até outras mais adequadas nas quais se reconhece ao jovem o seu estatuto de cidadania, reconhecendo os seus direitos e promovendo políticas que o integrem socialmente com as suas particularidades. De igual modo, pode entender-se que as e os jovens, são actores estratégicos do desenvolvimento, vistos também como importantes agentes sociais, plenos de potencialidades benéficas para a sociedade que as saiba rentabilizar estrategicamente.

Igualmente, encontramos distintos pontos de vistas nas actuações, dependendo do papel que se queira dar ao jovem, já que em algumas é um mero receptor de políticas, desde o protecionismo e da tutela. Noutras, as e os jovens são utilizados desde o mundo adulto para a sua mobilização e compromisso, mas não para as questões de interesse próprio juvenil, senão das próprias autoridades. Em todo o caso, com estes pontos de vista afastam-se as prioridades das e dos jovens, diante da possibilidade de desenvolver a política com os próprios jovens, desde a análise, à tomada de decisões e à execução de actuações, como base para que sejam os jovens quem promova as próprias-políticas com autonomía.

Na consolidação da democracia, e entendendo as e os jovens como cidadãos no presente mas também a base fundamental da sociedade num futuro mais ou menos próximo, é imprescindível o desenvolvimento de políticas com a juventude e desde a juventude, fomentando a prendizagem do compromisso democrático e desenvolvendo a autonomía das e dos jovens e dos seus grupos.

Existem vários desafios da institucionalidade da juventude em quase todos os países da comunidade ibero-americana. Principalmente a falta de uma perspectiva integral e transversal de políticas públicas da juventude que facilite a coordenação entre os distintos sectores da administração pública, diminua a duplicação de esforços, e ponha ênfase em actuações eficazes, centradas em modificar as situações pré-existentes em que vivem as pessoas jovens e na orientação da geração de valor público para a sociedade como um todo.

A Comunidade Ibero-americana deve:

- Criar o Programa Ibero-americano de Recursos de Cooperação na Juventude (PIRCJ).



OIJ



- Apoiar os governos na introdução de medidas e actuações que permitam melhorar a situação dos seus jovens, de acordo com as prioridades estabelecidas no quadro deste Plano.
 - Unificar o financiamento de dadores públicos e privados da região ou outras entidades que considerem este processo como destino prioritário da sua cooperação.
 - Priorizar o apoio aos países com maior desvantagem e/ou conforme os êxitos acumulados na melhoria dos seus indicadores.
- Potenciar a promoção da perspectiva da juventude no desenvolvimento legislativo de cada Estado Ibero-Americano.
- Animar e assessorar os Estados Membros nas actuações normativas, bem como favorecer os espaços de encontro entre eles para um melhor conhecimento mútuo.
- Apoiar o desenvolvimento de Planos Nacionais da Juventude, elaborados desde os processos de participação social e institucional, facilitando a coordenação de acções.
- Prestar apoio institucional e técnico especializado nos processos de planificação e seguimento (quando assim fosse requerido).
- Fortalecer a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ) para o desenvolvimento dos seus objectivos, dotando-a dos recursos necessários para o cumprimento da sua missão.
- Potenciar o papel de apoiante da OIJ à actuação dos Estados em matéria de Juventude com um fim integrador e de cooperação com outros organismos internacionais.
- Criar o Programa Ibero-Americano de Formação em Matéria de Juventude (PIFJ)
- Capacitar o pessoal técnico e político que trabalha em juventude em distintos âmbitos, tanto público como privado, e nos distintos níveis territoriais, segundo as prioridades temáticas do Plano.
 - Criar a Escola Ibero-americana de políticas de Juventude (EIPJ), em colaboração com as Escolas Nacionais de Administração Pública e a FIIAPP.
 - Desenvolver as novas tecnologias para a formação, através de um portal de formação ibero-americano em matéria de juventude.
 - Incorporar como recurso o uso de tecnologias de informação e comunicação, tomando em conta que a aplicação transversal das TIC em dita gestão potenciará o acesso aos jovens bem como a sua comunicação a nível ibero-americano.
- Apoiar o desenvolvimento do Observatorio Ibero-Americano da Juventude
- Contar com este observatório como instrumento de seguimento das políticas da juventude da região, tendo em conta o trabalho dos equivalentes no âmbito nacional, bem como a actuação dos investigadores dos diferentes âmbitos públicos e privados.
 - Estabelecer um Sistema Ibero-Americano de Indicadores de Desenvolvimento Juvenil que tenda à homogeneização dos mesmos a nível nacional e supranacional.



- Estabelecimento de un Forúm Ibero-Americano anual para analizar os principais problemas da juventude da região.
 - Intercambiar experiencias de êxito, debate e aprendizagem em temas de juventude.
 - Estabelecer um ponto de encontro de actores de diferentes níveis territoriais de trabalho com a juventude, de governos, organismos e instituições, e da sociedade civil.
- Desenvolver espaços de coordenação multisectorial e transversalização de actuações no âmbito internacional
 - Estabelecer redes de trabalho partilhado entre os distintos organismos internacionais especializados em assuntos sectoriais da juventude; educação, emprego e saúde.

5.2. Participação política e social.

A participação política e social define um factor chave da inclusão das e dos jovens na sociedade, e é parte essencial do seu processo de desenvolvimento pessoal, adoptando umas características próprias e em certo sentido diferenciadas da participação mais clássica e característica de outros sectores da população, tanto nos elementos simbólicos como nas práticas.

As pessoas jovens distanciaram-se de algumas estruturas de socialização política como os próprios partidos e sindicatos com os seus métodos mais clássicos, sendo substituídos por outros referentes como a comunicação de massas, o recreio, os apelos étnico e de género, as redes virtuais e consumos culturais, expressos com novas práticas. Os sistemas políticos, mais habituados aos actores corporativos e vinculados ao mundo productivo, ficam assim afastados das formas próprias das e dos jovens, que tendem igualmente a uma inibição em relação aos espaços mais institucionalizados.

As e os jovens percebem a discriminação no mundo do emprego pese terem melhor formação que a geração anterior, não vendo as suas expectativas representadas no debate político, sem um sistema institucionalizado que asegure os direitos de que podem gozar outros grupos ou sectores da sociedade. Dá-se pois um afastamento do sistema, manifestado através de aqueles actores entendidos como representantes da sua autoridade.

As juventudes de principios do século XXI – assim o demonstram vários inquéritos nacionais - , têm um desejo mais ambicioso de democracia, que vai mais além da democracia representativa, apostando por modelos de democracia participativa que facilite a consolidação dos seus próprios objectivos. Mas quando a democracia representativa não facilita esta visão produz-se um distanciamento dos processos políticos. Como consequência, a baixa participação eleitoral é sintomática desta decepção, tal como a baixa afiliação às organizações estudantis, sindicatos, partidos



políticos ou outras organizações comunitárias, que foram espaços básicos de participação das gerações anteriores.

Pese a isto, verifica-se uma elevada valorização da participação para a própria juventude, como mecanismo de autorealização e para alcançar objectivos. Procuram, isso sim, o distanciamento das estruturas nas quais possam ver-se manipulados por outros e com finalidades com as quais não se identificam. O seu compromisso é menos contínuo, flutuando em função dos elementos pontuais de interesse, sem comprometer-se a longo prazo.

Geram-se inclusivé movimentos con certa intencionalidade política, que procuram métodos e canais alternativos de manifestação, fora da autoridade directa de adultos. Têm uma forte componente de expressão cultural própria, com certas relações como o ócio, ou um compromisso pouco exigente com a actuação grupal. Em contextos de pobreza, de reduzidas oportunidades e de violência, podem apresentarse também como um desafio à autoridade e às próprias instituições.

Para a juventude, aparecem novos temas com especial preocupação política, relacionados com o desenvolvimnto qualitativo da democracia e de uma ideia de respeito aos direitos, que levam a uma identificação com a defesa dos direitos humanos, da paz, da ecología, a cultura de etnias ou povos originários, etc.

Actualmente, os meios de comunicação, especialmente a televisão e a internet, supõe para juventude, referentes de actuação e participação, sendo por um lado consumidores de certos productos audiovisuais e, por outro lado, também criadores. O alto nível de informação sobre assuntos públicos não encontra uma correlação directa na actuação e compromisso com ditos assuntos por parte do jovem, a quem podem mover mais certos referentes globais que os próprios da agenda nacional, e que conduzem ao seu desenvolvimento no seu contexto mais imediato e conhecido.

Esta distinta forma de entender o compromisso e a participação, levou a um importante desenvolvimento do voluntariado, onde a acção directa é vivida em maior medida que noutro tipo de actuações, e em que os seus resultados são percebidos pelo próprio jovem que se implica de acordo com os seus desejos de autonomía e autorealização, numa situação na qual adopta um papel de utilidade que lhe permite autosatizfação e reconhecimento social.

É pois especialmente importante, o desenvolvimento de actuações nas quais o próprio jovem pode implicarse de forma voluntária na melhoria das situações do seu próprio colectivo, como aquelas que têm que ver com o mundo da educação, da saúde, da prevenção da violência, do respeito à diversidade, ou até na melhoria das possibilidades de acesso à casa, onde podem também ter o êxito de implicar outros jovens por meio da proximidade geracional e a materialização de resultados.



OIJ



As nossas democracias têm desafios tais como assegurar uma representação e participação efectiva da população, procurando que as opiniões e as iniciativas – que são condições essenciais para o debate aberto e transparente da vida pública- fortaleçam as sociedades. A governabilidade democrática supõe também transformações sociais, económicas e culturais profundas que conduzam a diminuir as desigualdades e os problemas da exclusão social. Neste ponto corresponde aos nossos estados uma importante e intransfrível função. (Declaração de Viña del Mar, 1996).

A Comunidade Ibero-Americana deve:

- Apoiar a constituição de uma Plataforma Ibero-Americana da Juventude, composta por uma parte pelas entidades de concertação juvenil dos estados, reconhecidos pelos seus governos, e por outra pelas plataformas supranacionais de organizações juvenil que contem com o reconhecimento e a legitimidade necessária.
 - Estabelecer um ponto de encontro das e dos jovens associados (participativos) de toda a região Ibero-Americana.
 - Estabelecer um interlocutor válido das e dos jovens perante a Comunidade Ibero-Americana de Nações, nos assuntos do seu interesse, e como espaço de participação e encontro da juventude ibero-americana no âmbito supranacional.

- Apoiar a criação de redes de jovens e das suas organizações, respeitando a sua plena autonomia.
 - Potenciar o estabelecimento de laços supra-nacionais no âmbito ibero-americano entre organizações de jovens; por outras palavras, aproximação segundo as suas afinidades e principais preocupações sociais e políticas.
 - Promover a capacitação dos jovens no uso e análise da informação, desenvolvendo neles o sentido crítico e uma maior capacidade de discernimento, com o propósito de facilitar a sua participação cidadã e política, com sentido de responsabilidade.

- Potenciar pactos sociais que impliquem as instituições, as e os jovens, o mundo da empresa e as organizações do terceiro sector no desenvolvimento de espaços próprios para jovens, mediante o reconhecimento das suas especificidades.
 - Promover a sensibilização internacional e o apoio institucional a instâncias nacionais para a sua liderança em matéria de juventude.

- Apoiar o desenvolvimento de programas propostos e desenvolvidos pelos próprios jovens.
 - Incentivar o apoio do Programa Ibero-Americano de recursos de Cooperação da Juventude (PIRCJ) aos governos que executem actuações promovidas e executadas pelos seus jovens.

- Incorporar os jovens nos espaços de seguimento de controle da governação pública.
 - Incorporar a Plataforma Ibero-Americana da Juventude nos processos de cooperação e integração, e nos aspectos de análise e seguimento de actuações supranacionais.



- Criar a Rede Ibero-Americana de Informação Juvenil (RIIJ).
 - Potenciar o conhecimento das actuações de interesse juvenil mais destacadas na Ibero-América, cooperando com as redes nacionais e supranacionais existentes.
- Estabelecer um Programa Ibero-Americano de Voluntariado Juvenil (PIVJ).
 - Apoiar o fenómeno do voluntariado, reconhecendo a sua rentabilidade social e articulando o seu desenvolvimento nacional e a mobilidade solidária das e dos jovens a nível upranacional.
- Realizar consultas directas aos jovens sobre a sua situação, sobre os seus contextos (acolhendo as suas propostas).
 - Desenvolver actuações de consulta directa no âmbito ibero-americano utilizando, especialmente, as novas tecnologías.
- Promover e facilitar a criação de associações juvenis.
- Potenciar a criação de plataformas plurais de sociedade civil respeitando a institucionalidade de cada país.

5.3. Educação das e dos Jovens

A educação de qualidade é um direito fundamental para os jovens, já que facilita a inclusão e a integração social.

De igual forma, a educação equipara as oportunidades e influencia positivamente elementos centrais para a pessoa jovem como são a saúde, a transição para o mundo do emprego, a aproximação aos processos institucionais de tomada de decisões. A relação que se verifica também entre níveis educativos e produtividade, especialmente no contexto actual de desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento, obriga a prestar uma especial atenção ao desenvolvimento da qualidade dos sistemas educativos.

Pese a que todos os países da Comunidade conseguiram resultados no processo de universalização da educação, e de equiparação de géneros no processo, verificam-se amplas diferenças entre os mesmos, devido à sua heterogénea evolução.

O analfabetismo continua a ser um dos principais desafios, na medida em que influencia o processo de exclusão social, ainda que a expansão da educação nos anos 90 levou a que na população entre os 15 e os 19 anos se verifique uma notável redução desta situação.

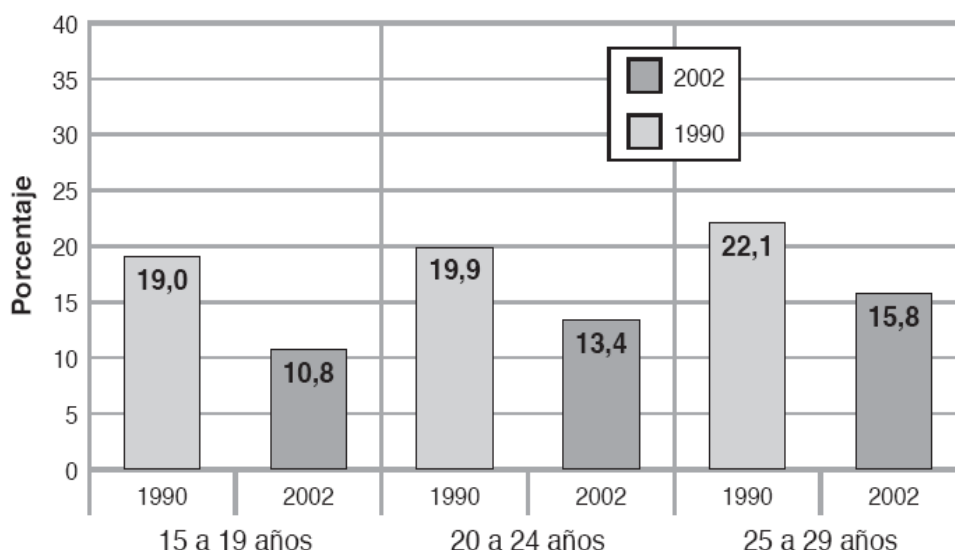


OIJ



AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ANALFABETISMO FUNCIONAL POR TRAMO DE IDADES, 1990-2002²

(Em percentagem)



Valorizamos o “Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas 2007 – 2015” decidimos tomar em consideração e declaramos o ano 2007 como “Ano Ibero-Americano da Alfabetização”, mediante a coordenação e pela união de esforços nacionais a partir de estratégias decididas por cada país. (Declaração de Montevideu, 3, 4 e 5 de novembro de 2006).

Durante o mesmo período, também foi dada uma extensão da educação primária com notáveis melhorias, especialmente naqueles países que não tinham um ponto de partida favorável, apesar de que ainda continua tendo uma brecha entre a situação na América Latina (como uma média de 66,7% de estudos primários finalizados) e a dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na educação secundária, entre os diferentes países da região se dão notórias diferenças, apesar da melhoria generalizada de níveis, com umas diferenças que ultrapassam o 60% a outros que não atingem o 25%.

Este nível, juntamente com o nível da educação superior, contribuem a uma notável melhoria na produtividade interna, e a melhoria da competitividade da economia em uma tendência de globalização, melhorando também as possibilidades de desenvolvimento da sociedade do conhecimento, razão pela qual marcam um

² As referencias gráficas correspondem a CEPAL e OIJ “A juventude na Ibero-america. Tendências e Urgências”. 2004



elemento diferencial nas oportunidades que podem ter as sociedades no seu processo de desenvolvimento.

Acordamos promover, no âmbito do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC) uma iniciativa de cooperação em matéria de mobilidade académica de estudantes universitários. Para isso, solicitamos à SEGIB que realize um estudo que permita estabelecer um instrumento educativo que articule um sistema de intercâmbio de docentes e estudantes universitários, tomando como modelo de experiências bem sucedidas realizadas no âmbito europeu. (Declaração de Montevideu, 3, 4 e 5 de novembro de 2006)

O acesso a uma educação de qualidade é um fator determinante na ruptura da transmissão intergeracional da pobreza. Uma educação pertinente forma aos jovens como cidadãos e pessoas, permitindo-lhes contribuir com o incremento da produtividade e da criatividade, facilita a sua incorporação à sociedade do conhecimento e diminui a brecha digital, e contribui que as famílias pobres sejam menos vulneráveis por fatores de alimentação e saúde. Está comprovado que a educação de qualidade é um fator coadjuvante na mobilidade social, para o qual é meta combater a deserção e a repetição, aumentar a média de anos de estudo, melhorar as condições em que seja dada a educação, assim como a capacidade e a remuneração do pessoal docente.

Onde se tem alcançado metas relativas menores, como é a educação secundária e superior, é onde se encontra o desenvolvimento da coesão social com sociedades mais equilibradas internamente. No entanto, na região, tem se dado um incremento da brecha existente entre os níveis sociais derivados do desequilíbrio entre as oportunidades da educação pública e a privada na obtenção de um emprego de qualidade, com estabilidade e bem remunerado, além da necessidade de concluir completamente os estudos para obter a certificação necessária que autoriza a formação, razão que continua mantendo estes níveis educativos restritos às camadas médias e altas.

Reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento das universidades públicas como instituições as quais devem promover a excelência académica para o desenvolvimento integral dos povos da Ibero-América. Nesse sentido, reconhecemos a importância de favorecer a criação e a consolidação de mecanismos de cooperação que promovam a mobilidade de estudantes, investigadores docentes e técnicos, a revalidação e reconhecimento de estudos, bem como a realização conjunta de programas de investigação e de inovação tais como a Rede de Macrouiversidades Públicas da América Latina e do Caribe. (Declaração de São José, 20 de novembro de 2004)

Alguns jovens, portanto vêm limitadas suas oportunidades pelo seu ambiente familiar de origem, por terem pais com baixos níveis educativos, que não podem apoiá-los no seu processo formativo e com pouca capacidade de renda para investir na sua educação e, portanto também com maiores dificuldades para obter um emprego de qualidade, gerando uma reprodução geracional da pobreza e abrindo uma brecha permanente na sociedade. Portanto, os processos de desenvolvimento dos sistemas educativos devem estar de acordo com as situações e necessidades sociais dos lares das e dos jovens estudantes e orientados ao esforço da sua plena inclusão.



A melhoria da qualidade da educação não deve ser feita desatendendo o princípio da equidade. Neste sentido, o desenvolvimento de um sistema educativo que promova uma autêntica igualdade de oportunidades e possibilidades, evitando toda a forma de exclusão dos setores menos favorecidos, vai constituir uma garantia de coesão social, assegurando a igualdade de oportunidades educativas e produtivas à mulher, a incorporação e a participação dos jovens, a auto-identificação cultural e lingüística para o desenvolvimento integral das populações indígenas e a valorização do pluralismo cultural e da convivência multiétnica. (Declaração de São Carlos de Bariloche, 1995).

Felizmente, em geral, o desenvolvimento educativo dos menores de 30 anos também tem sido acompanhado da incorporação da mulher jovem aos processos educativos, mantendo níveis semelhantes aos dos seus colegas, inclusive no caso guatemalteco, onde a distância é ainda perceptível entre a população jovem na erradicação do analfabetismo, e na Bolívia, México, Paraguai e Peru, relativo com a educação básica.

Comprometemo-nos a intensificar nossos esforços para garantir a equidade de gênero no acesso e que favoreçam a permanência na educação e formular estratégias multisetoriais para a educação das mulheres, em particular das meninas e das jovens. (Declaração de São José, 20 de novembro de 2004).

Ainda no meio rural, acontece uma notável diferença enquanto aos objetivos alcançados, já que as e os jovens neste meio se encontram com maiores dificuldades no acesso as melhorias nos seus níveis de educação (quase o dobro no nível de deserções do que nas zonas urbanas). Isto é um problema para o desenvolvimento de certas comunidades, especialmente quando esta realidade rural está unida a um componente étnico, já seja indígena ou afro-descendente. A persistência de dificuldades para estas comunidades tende a aumentar o desejo de mobilidade social através da migração, aumentando os desequilíbrios territoriais e reproduzindo os problemas sociais nos ambientes urbanos.

- Da importância da educação como fator de inclusão social para a erradicação da pobreza, ter conseguido o desenvolvimento sustentável e a construção de sociedades prósperas e democráticas. Reiteramos nosso compromisso para alcançar as metas educativas estabelecidas na Declaração de Bariloche em 1995, e para promover um Movimento em favor da educação. Também, acordamos que no dia 2 de outubro seja adotado em nossos países como o dia Ibero-Americano da educação. (Declaração de Santa Cruz de La Sierra, 14 e 15 de novembro de 2003).
- Ratificamos que a educação é um direito humano fundamental e inalienável e tem por objetivo o pleno desenvolvimento das pessoas e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais e é instrumento fundamental para promover o desenvolvimento e a equidade. Uma educação democrática, acessível e de qualidade é a base fundamental para obter um desenvolvimento sustentável, elevar a produtividade, aproveitar o avanço científico e tecnológico, reforçar as identidades culturais e consolidar os valores de convivência democrática, pacífica e solidária para reduzir a pobreza e a brecha social. (Declaração do São José, 20 de novembro de 2004.)

A importância da educação na promoção social das e dos jovens torna obrigatório atender o seu máximo desenvolvimento, assegurando a permanência educativa, e a relação entre educação e emprego, potencializando os estudos técnico-profissionais e superiores. A extensão do estudo secundário é então um dos objetivos em curto e



médio prazo, dando atenção à incorporação ao referido nível das e dos jovens pertencentes a lares de baixa renda, melhorando as suas oportunidades no futuro.

Isto exige conceder à educação o caráter da política de Estado e requer de uma visão multisetorial que permita colocá-la no contexto econômico, político, social e cultural de cada país, propiciando a tolerância e o respeito à diversidade cultural. Em consequência, reafirmamos a responsabilidade do Estado na formulação e aplicação de políticas e de programas educacionais. (Declaração de São José, 20 de novembro de 2004.)

A permanência das e dos jovens no âmbito educativo, evitando a deserção (algo que ocorre nos níveis muito elevados em todos os países no estudo secundário) deve transformar-se em um objetivo imediato dos sistemas educativos, assegurando programas da manutenção próximos ao jovem, aos seus problemas e circunstâncias, a sua cultura e ao seu ambiente, portanto de implementação tanto no âmbito propriamente educativo (a escola) como fora dela. Deve atender a situação socioeconômica do jovem e do seu ambiente, já que a melhoria nesta também vai melhorar as suas possibilidades educativas.

Por esta razão comprometemo-nos trabalhar em uma educação básica e secundária verdadeiramente universal, de qualidade e acessível e que favoreça a permanência das crianças e dos adolescentes na escola até o final do ciclo. Assim mesmo, vamos procurar mecanismos que ofereçam oportunidades educativas para jovens e adultos que, por diversas circunstâncias, foram em algum momento da sua vida excluídos do processo educativo. (Declaração São José, 20 de novembro de 2004.)

Também deve melhorar qualitativamente a oferta educativa, adaptando-la às necessidades reais do jovem e às exigências de um mundo globalizado, ao seu desenvolvimento em habilidades sociais, econômicas e culturais suficientes para a sua autonomia pessoal, também melhorando igualmente os métodos didáticos, aproximando-os aos objetivos do próprio processo educativo assim concebido. Igualmente deve brindar o apoio material ao sistema para dotar de recursos suficientes à educação, com recursos como centros, novas tecnologias, ou profissionais destinados à educação.

Por essa razão, o objetivo prioritário das políticas educativas deve estar dirigido em gerar condições de qualidade na educação Básica e Média, que proporcionem os conhecimentos, as técnicas, os valores e as aptidões necessárias para que as pessoas possam viver com dignidade, alcançar os níveis educativos apropriados as suas características, aprender continuamente ao longo da sua vida, e melhorar a qualidade humana das sociedades e dos países ibero-americanos. A busca deste objetivo é atualmente urgente, já que vivemos uma crise caracterizada por um deterioro da qualidade da educação. (Declaração de São Carlos de Bariloche, 1995)

O Estado deverá prestar atenção ao desenvolvimento do uso das tecnologias da informação e da comunicação, e à potencialização entre a juventude, já que para eles estas, além do recurso motivador, confere um valor específico nos potenciais de produção, competitividade e crescimento econômico em um mundo globalizado de certa forma apoiado nelas, além dos elementos de desenvolvimento da informação cidadã nos processos de participação política. Devemos colocar uma especial atenção à integração social ao redor delas, superando as brechas devido às diferenças socioeconômicas, territoriais (campo-cidade) ou culturais, sendo a escola, as bases da instituição para igualar as oportunidades do conhecimento e de acesso a estas tecnologias.



No marco desta Cúpula dedicada à infância e a adolescência, reafirmamos a vontade de continuar trabalhando conjuntamente no desenvolvimento de programas e projetos que promovam, entre outros, a educação e a utilização da ciência e da tecnologia para benefício das presentes e futuras gerações. Neste contexto, respaldamos as iniciativas relacionadas com a implementação de políticas para o fortalecimento dos direitos e capacidades da infância e da adolescência. (Declaração de Panamá, 18 de novembro de 2000.)

Orientações:

- Complementar à população jovem na erradicação do analfabetismo na região, mediante o voluntariado educativo.
- Apoiar desde a juventude o **Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica** e a iniciativa Pablo Neruda.
- Desenvolver programas de mobilidade dos docentes e estudantes de secundária e das universidades, entre os países da Comunidade Ibero-Americana.
- Implementar sistemas de bolsas de estudo de apoio à permanência educativa que leve em consideração os níveis de renda, assegurando uma renda básica e condicionada aos resultados acadêmicos.
- Ampliar os processos de formação técnico-profissionais, diversificando-os e aproximando-os às necessidades e potenciais de desenvolvimento do ambiente.
- Fortalecer os programas integrais de educação em valores, para a formação das e dos jovens como cidadãos.
- Formar às e aos jovens em habilidades para o seu desenvolvimento pessoal como indivíduos, como cidadãos, e para o seu relacionamento respeitoso com o seu ambiente social e meio ambiental.
- Integrar e homologar os processos educativos, bem como da certificação dos diferentes títulos com o reconhecimento mútuo entre Estados.
- Reconhecer os processos educativos próprios da educação não formal.
- Apoiar o desenvolvimento de instalações e programas educativos nos ambientes rurais e na periferia das grandes cidades.
- Implementar mecanismos de tele-formação, já seja com propósitos de educação formal, de extensão ou de formação contínua.

5.4. Saúde.

Se bem a importância da saúde das e dos jovens é reconhecida como parte da atenção prioritária para os setores da população mais desprotegidos, seu tratamento ainda permanece disperso nas agendas políticas dos estados e os organismos internacionais. A pouca probabilidade que tem este grupo de adoecer ou falecer por causas endógenas determina pouca visibilidade a sua morbi-mortalidade atribuindo-lhes condições de saúde média que não corresponde com a realidade.

Se levamos em consideração que os elementos que incidem na saúde deste grupo não sempre se relacionam necessariamente com o nível de desenvolvimento dos países, mas sim com algumas variáveis do tipo cultural e psicológico determinantes de condutas de risco que afetam a sua integridade física e emocional, se torna evidente a necessidade de desenvolver e potencializar linhas específicas de trabalho em matéria da saúde juvenil.



Estamos conscientes da importância de enfrentar o problema das drogas, baseado no princípio da responsabilidade compartilhada para sua solução e no exercício de nossas respectivas soberanias, acordamos continuar a cooperação ibero-americana com fundamento no marco do Plano de Ação em Matéria de Drogas entre América Latina e a União Européia. Com estes propósitos, continuaremos promovendo o desenvolvimento de programas para detectar e prevenir o tráfico e consumo com drogas, especialmente nas escolas propiciando campanhas de difusão massiva e permanente nos efeitos nocivos do uso indevido de drogas, e agindo sobre as realidades que condicionam o aparecimento desta problemática social. (Declaração do Panamá, 18 de novembro de 2000.)

Quando a mortalidade juvenil é examinada se observa que o grupo de jovens entre 15 e 24 anos se caracteriza por uma grande concentração de causas externas de morte superando amplamente à mortalidade por doenças transmissíveis e do tipo genético-degenerativas. Isto acontece em parte pelo aumento da violência originada nas frustrações e a marginalidade que as sociedades altamente desiguais e com grandes brechas entre expectativas e objetivos impõem alguns jovens, incidindo nas taxas de acidentes, homicídios ou suicídios. Assim, atualmente a taxa de mortalidade para a juventude latino-americana (134 por cada 100 mil), atinge em média pouco mais da metade dos adultos entre 25 a 44 anos, refletindo uma alta exposição da juventude a doenças e situações de risco mortal. Quando comparamos com a taxa de mortalidade dos jovens espanhóis, (49 por cada 100 mil), a média latino-americana duplica consideravelmente (134 por cada 100 mil), entanto que nenhum país da região, considerado individualmente, se localiza pelo menos no mesmo nível.

Os fatores externos constituem a primeira causa de morte entre os jovens de ambos os sexos na região com maior importância relativa no caso dos homens (de cada 100 mortes masculinas, 77 são atribuídos a causas violentas enquanto que as mulheres a proporção é de 38 sobre 100).

Em uma grande porcentagem, as mortes violentas entre jovens têm um marcado sesgo masculino que é atribuído à identificação e reprodução da cultura machista, ainda válido na sócio-cultural de Ibero-América. Não obstante, a violência machista e seus danos não sempre são reconhecidos pelas políticas de prevenção em toda sua complexidade, continuamos favorecendo o enfoque repressivo sem advertir que as causas socioculturais da violência e a anomia social se originam nos microcosmos do lar e do bairro, quase sempre favorecidas pela desigualdade estrutural. As causas externas nas mortes juvenis requerem de uma identificação técnica adequada que permita políticas públicas pertinentes.

Tomar medidas de consenso para a reabilitação e proteção das crianças e adolescentes afetados por conflitos armados. (Declaração do Panamá, 18 de novembro de 2000.)

Outro fato que incide na saúde juvenil é a rápida expansão do HIV/AIDS. A sua propagação acelerada, especialmente entre as mulheres jovens heterossexuais, não somente obedece a falta de informação, porém é o resultado de fatores culturais que operam contra a sua prevenção, fato que determina que nos países da região de menor desenvolvimento relativo é manifestado um aumento na propagação das



OIJ



doenças de transmissão sexual entre a população mais jovem, que afeta provavelmente mais marcada nos setores de baixa renda. A incidência do HIV/AIDS na mortalidade dos jovens latino-americanos de ambos os sexos (2,9 por cada 100 mil), embora inferior à dos adultos entre 25 a 44 anos (16,9 por cada 100 mil), não deixa de ser alarmante.

Executar medidas urgentes para a investigação, prevenção, tratamento e controle do HIV/AIDS, perante o aumento alarmante desta doença e das suas implicações sociais e econômicas, e promover uma maior cooperação internacional neste âmbito. (Declaração do Panamá, 18 de novembro de 2000.)

Reiteramos nossa preocupação pela grande ameaça que representa a pandemia do HIV/AIDS para o desenvolvimento econômico e social de nossos países e exortamos à comunidade internacional cumprir com o estabelecido na Declaração de Compromisso acordada em ocasião da Sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (junho de 2001), assim como aumentar os esforços para garantir o mais alto nível possível de saúde a todos os afetados, em contribuir com recursos novos e adicionais, e aplicar programas integrados de investigação, prevenção, tratamento e apoio, principalmente nos países mais afetados. No mesmo sentido, reiteramos a necessidade de incrementar a cooperação internacional e os esforços para garantir a disponibilidade dos medicamentos a preços acessíveis, de conformidade com a Declaração de Doha sobre propriedade intelectual e direito à saúde. (Declaração da Bavaro República, Dominicana, 15 e 16 de novembro de 2002.)

Outro problema importante na região é o da maternidade adolescente, que tem incrementado em diversos países da América Latina. A fecundidade adolescente é muito mais freqüente entre os grupos mais postergados e com menor nível educativo, e que de maneira perversa afeta as probabilidades de sair da pobreza de várias gerações gerando um círculo vicioso.

Incorporar nos sistemas educativos escolares e não escolares programas de educação da sexualidade, com participação da família e da comunidade, que fomentem condutas sexuais responsáveis, incluídas a paternidade e a maternidade responsáveis; a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce e da paternidade precoce. (Declaração do Panamá, 18 de novembro de 2000.)

Dentro da negatividade da cultura machista, deve ser considerada sua influência na violência doméstica, e como esta afeta ao desenvolvimento psicológico e sócio emocional das e dos jovens, e, portanto o seu comportamento de risco. Sem dúvida, este tema merece um parágrafo especial nas políticas de saúde adolescente e para os jovens de ambos sexos, em concordância e coordenação com as políticas de prevenção e erradicação da violência doméstica que alguns países tentam integrar em políticas de caráter transversal.

Fortalecer e promover as políticas públicas encaminhadas em prevenir e erradicar a violência intra-familiar e proteger as crianças e adolescentes que têm sido vítimas desta forma de violência. (Declaração do Panamá, 18 de novembro de 2000.)

É importante ressaltar que os aspectos socioeconômicos e culturais configuram um panorama de alta heterogeneidade no estado de saúde e a exposição a riscos das e dos jovens. A segregação territorial e as desigualdades sociais exacerbam a referida diferenciação, razão pela qual é necessário que as políticas orientadas à saúde juvenil considerem a referida heterogeneidade, compreendendo a situação específica dos jovens de forma coletiva com necessidades e interesses particulares.



OIJ



Deve levar em conta que as políticas de saúde orientadas à juventude são mais eficazes no campo da prevenção, dado que os problemas de saúde juvenil estão associados com condutas de risco no campo da sexualidade (gravidez e contágios pela transmissão sexual), o consumo de estupefacientes e as causas externas (acidentes ou atos de violência). Neste esforço de prevenção é preciso mobilizar e sensibilizar a opinião pública, porém, sobretudo criar espaços para que as e os próprios jovens participem das políticas destinadas para beneficiá-los

Orientações:

- Garantir o aporte nutricional básico da e do jovem no momento do desenvolvimento, e prevenir as doenças vinculadas aos maus hábitos nutricionais.
- Fomentar programas públicos de prevenção de hábitos e de consumos nocivos nos jovens, como investimento para assegurar, no futuro, a extensão da qualidade da saúde populacional. Recomenda-se desenhar e validar atuações dirigidas à prevenção e cura das dependências entre a população jovem, que incluam políticas de prevenção contra as substâncias “legais” (tabaco e álcool), assim como as diversas substâncias ilícitas. Nesse sentido, deve se considerar a eficácia dos modelos de base comunitária e integral orientados à redução do dano. Também, é necessário ampliar o conhecimento sobre o fenômeno da dependência que não se manifesta apenas no consumo de determinada substância. Há evidência para afirmar que a incerteza social está associada ao fenômeno da dependência, como a dependência à comida, ao trabalho, ao sexo ou à televisão; em outras palavras, a dependência é apenas o sintoma de uma série de ameaças mais profundas que existem durante a adolescência e a juventude e que alcançam um ponto crítico durante a vida adulta.
- Promover atuações que previnam e erradiquem a violência doméstica e os fatores propiciatórios que são efeito da desigualdade social, tais como: a frustração que gera a debilidade do poder aquisitivo; a falta de cobertura no sistema de obtenção de justiça; o papel pró-ativo em relação à violência dos meios de comunicação massiva e de entretenimento; a oferta desigual de infraestrutura pública do meio urbano e rural, entre outros.
- Difundir uma informação veraz e próxima ao jovem sobre as situações e atuações de risco.
- Desenvolver programas de educação sexual e reprodutiva, com especial atenção à erradicação dos riscos da transmissão do HIV/AIDS e a prevenção da gravidez não planejada.
- Promover programas de comunicação em matéria de sexualidade dirigida às e aos jovens, onde se considerem todas as opções disponíveis para uma proteção e prevenção integral, a fim de que possam tomar decisões livres, responsáveis e informadas.



OIJ



5.5. Empleo.

O emprego joga um papel chave na inserção social das e dos jovens, já que constitui a principal fonte de ingresso das pessoas, proporciona integridade social e representa legitimidade e reconhecimento social. É, também, um âmbito de desenvolvimento interpessoal que facilita os contatos e a integração a redes, e que permite a participação em ações coletivas. Por isso, as características da inserção das e dos jovens no mercado de trabalho determinam, em parte, seu futuro, já que, uma vez definidas as pautas dos aspectos mencionados, é difícil que sejam modificadas profundamente na vida adulta.

A situação trabalhista das e dos jovens da região deteriorou-se, o que se reflete no aumento do desemprego, na concentração crescente do emprego juvenil nos setores de baixa produtividade e a queda dos salários médios. Esta piora se deve às tendências gerais nos mercados de trabalho da região, sobretudo a partir do final dos anos noventa.

Não tem havido melhoria na situação, como se poderia ter esperado, sobre a base das hipóteses das vantagens competitivas tecnológicas e organizativas das e dos jovens. Se bem algumas brechas entre jovens e adultos se tenha reduzido, como no caso da taxa de desemprego, isto somente ocorreu no contexto dos elevados e crescentes níveis absolutos.

A pressão econômica obrigou um alto e crescente número de jovens a combinar o estudo com o trabalho. Ainda que em certos casos isso possa facilitar a futura inserção trabalhista ao permitir os primeiros conhecimentos do mundo do trabalho, em general essa é uma tendência desfavorável devido ao típico impacto negativo no rendimento dos estudos.

As mulheres jovens de lares pobres, muitas provenientes de lares rurais, e com baixos níveis de educação, podem considerar-se como o grupo específico com menos oportunidades trabalhistas, já que combinam quatro elementos que obstaculizam, em maior ou menor grau, o acesso a empregos de boa qualidade. Isto implica que qualquer política para o fomento da inserção laboral juvenil tem que definir claramente seu grupo meta e focalizar seus instrumentos de maneira correspondente.

A educação continua sendo uma variável chave para a melhoria das perspectivas trabalhistas dos jovens de ambos os sexos. Isto, junto com as políticas de educação dos países, incidiu nos aumentos da assistência aos diferentes níveis de educação. No entanto, o período mais recente também mostrou que em um período de estancamento ou crise econômica o maior logro educativo não é garantia para uma inserção trabalhista exitosa, como o ilustra o aumento do “desemprego acadêmico” e a maior proporção de jovens com alto nível educativo que trabalham em setores de baixa produtividade.



OIJ



O lar de origem incide claramente nas oportunidades laborais, e as e os jovens que são membros de lares acomodados em general desfrutam de condições de trabalho mais favoráveis – maior taxa de ocupação, menor taxa de desemprego, menor proporção de emprego em setores de baixa produtividade - que seus pares de lar mais pobres. No mesmo período, algumas destas brechas, inclusive, aumentaram, o que é ilustrado pela maior proporção de emprego em setores de baixa produtividade; enquanto que outras fecharam – taxa de ocupação, taxa de desemprego-. Mais do que uma maior equidade, isso parece indicar que em situações de baixo dinamismo econômico os jovens de lares mais ricos prolongaram sua permanência no sistema educativo e que seus lares permitiram um maior desemprego antes que exigir a inserção a empregos não desejados.

Em termos geográficos, a falta de oportunidades de educação e de emprego remunerado nas zonas rurais conduz a um resultado combinado de uma inserção laboral precoce, sobretudo entre os homens, com obstáculos à inserção (particularmente, entre as mulheres). Não obstante este aspecto, tem-se podido observar alguns avanços recentes.

As análises da inserção no mercado de trabalho das e dos jovens, ressaltam o elevado nível de desemprego e subemprego juvenil, e a elevada precariedade dos que logram obter uma ocupação, expressada em instabilidade trabalhista, baixas remunerações, escassa cobertura da segurança social, etc.

AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): TASAS DE PARTICIPACIÓN DE JÓVENES
POR SUBGRUPO ETARIO Y SEXO, TOTAL NACIONAL,
ALREDEDOR DE 1990-ALREDEDOR DE 2002

(En promedios simples)

Año	15-19 años			20-24 años			25-29 años		
	Hombre	Mujer	Ambos	Hombre	Mujer	Ambos	Hombre	Mujer	Ambos
1990	52,4	25,5	38,9	83,8	46,1	64,2	94,8	50,4	71,5
2002	47,7	27,3	37,5	82,5	51,9	66,9	94,2	60,7	76,7
Variación porcentual	-9,0	6,9	-3,5	-1,5	12,7	4,3	-0,7	20,5	7,4

Fuente: CEPAL, sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

Na América Latina, também, diminuiu a participação dos “outros inativos”, que é o grupo que contem o principal contingente de jovens em maior risco de exclusão e marginalização. Devido a este contexto de incremento do peso dos estudantes e da redução dos “outros inativos”, a diminuição da taxa de participação das e dos jovens é uma tendência positiva. No entanto, ainda persistem problemas ao respeito, como é indicado, por exemplo, pela persistência de uma elevada participação no mercado de trabalho das e dos jovens entre 15 e 19 anos e o fato de que mais de 5% deste grupo etário pertence aos “outros inativos”.



Reafirmamos que a inversão eficiente em educação determinará as possibilidades de afrontar com êxito o desemprego que obstaculiza o crescimento e desenvolvimento de nossos países e ameaça com a exclusão social a amplos setores da população. A capacitação contínua e todas aquelas iniciativas que ofereçam uma maior qualificação técnica e profissional são um instrumento essencial para a consecução de um emprego decente. (Declaração de São José, 20 de Novembro de 2004.)

Com respeito à qualidade e produtividade do emprego, no grupo mais jovem (15 a 19 anos), os setores de baixa produtividade têm um maior peso do que entre os adultos, enquanto que nos outros dois grupos de jovens (20 a 24 e 25 a 29 anos), esta participação é um pouco mais baixa. Esta melhoria entre os grupos etários deve-se, à maior inserção de jovens de níveis educativos mais altos nos faixas juvenis de maior idade.

AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES): PORCENTAJE DE PERSONAS OCUPADAS EN SECTORES DE BAJA PRODUCTIVIDAD, SEGÚN GRUPO DE EDAD Y SEXO, TOTAL NACIONAL, ALREDEDOR DE 1990 - ALREDEDOR DE 2002

(En promedios simples)

Grupo de edad	Sexo	Año		Variación porcentual 1990-2002
		1990	2002	
15 a 19 años	Ambos sexos	63,3	69,1	9,2
	Hombre	59,7	67,3	12,8
	Mujer	68,6	72,0	5,1
20 a 24 años	Ambos sexos	46,8	49,4	5,5
	Hombre	45,3	48,5	6,9
	Mujer	48,6	50,5	4,0
25 a 29 años	Ambos sexos	42,7	45,1	5,7
	Hombre	41,2	43,7	5,9
	Mujer	44,1	46,9	6,2
30 a 64 años	Ambos sexos	48,9	51,7	5,7
	Hombre	45,2	48,2	6,7
	Mujer	54,9	56,6	3,2

Fuente: CEPAL, sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los países.

Uma segunda correlação negativa destacada existe entre o peso dos setores de baixa produtividade e o nível educativo das e dos jovens. Em efeito, nos níveis educativos mais baixos, a proporção destes setores triplica amplamente a proporção correspondente ao nível educativo mais alto. No entanto, durante o período mais recente, o peso dos setores de baixa produtividade aumentou – em termos percentuais – em maior grau nos grupos educativos altos, o que indicaria que no contexto de um baixo dinamismo das economias da região, e do incremento do nível educativo das e dos jovens que entram ao mercado de trabalho, um número crescente destes jovens com boa educação não encontram um emprego de acordo a sua formação.

A taxa de desemprego dos jovens de ambos os sexos é maior do que aquela dos adultos, o que se deve principalmente ao fato de que entre aqueles se concentram as



OIJ



pessoas que buscam emprego por primeira vez, aos problemas de acesso dos que procuram o primeiro emprego e à maior rotação entre o emprego e o desemprego ou a maior inatividade laboral que caracteriza as e os jovens, em comparação com os adultos.

A dinâmica atividade juvenil empreendedora, na região, vincula-se a uma série de fatores próprios que se encontram em vários níveis. Em primeiro lugar, relaciona-se com as características sócio-econômicas dos países da região e, em particular, de seus mercados de trabalho. Em segundo lugar, responde a elementos do entorno cultural e educativo que afetam as orientações e valores juvenis ao trabalho e às ocupações. Finalmente, responde também a elementos próprios da condição pessoal dos jovens, tanto nos aspectos de socialização como no de seu perfil psicológico.

A presença de jovens nos mercados de trabalho regionais e sua distribuição em comparação a dos adultos indica que o trabalho independente por conta própria está constituído principalmente por adultos com 31%, enquanto que os jovens somente cobrem 13% (de acordo com os dados preliminares processados pelo Estudo Regional sobre Jovens).

Por outro lado, vendo a situação de migração de trabalhadores e não trabalhadores, é importante destacar que os jovens constituem uma grande parte dos migrantes. Portanto, é importante estimular na e no jovem o desenvolvimento do Consenso de Montevideú, especialmente para garantir o cumprimento efetivo dos direitos humanos das pessoas que migraram.

A migração pode trazer conseqüências tanto adversas quanto positivas nas famílias e comunidades que permanecem em seu lugar de origem, em particular nas crianças e pessoas mais jovens. É freqüente que os filhos de pessoas migrantes abandonem a escola ou se encontrem em situações vulneráveis ou de risco. Ao mesmo tempo, as remessas dos migrantes, a transferência de conhecimentos e de tecnologia que trazem consigo ao retornar ou ao visitar o país e as contribuições da diáspora constituem o lado positivo da migração, para os países de origem.

Na América Latina, a taxa de desemprego da juventude duplica aquela dos adultos (15,7% comparado com 6,7% a inícios da presente década), e a brecha entre jovens e adultos é parecida para homens e mulheres. No período recente, o desemprego aumentou para todos os grupos, mas mais para os adultos, de modo que a brecha entre eles e os jovens diminuiu levemente. Entre os jovens, a taxa de desemprego das mulheres superou a dos homens em quase a metade, sem que se observassem maiores mudanças no período recente.



OIJ



Em geral, os problemas específicos das e dos jovens (em comparação com os adultos) se concentram nas características dos postos disponíveis, mais do que no mercado de trabalho propriamente dito. Nesse sentido, a piora da situação laboral, especificamente o aumento do desemprego juvenil, obedece mais ao deterioro geral dos mercados de trabalho da região do que a aspectos específicos que afetam as e os jovens.

Dá-se igualmente um distanciamento nas possibilidades de retribuição entre jovens e adultos. A brecha salarial entre estes costuma ser maior nos níveis educativos mais altos e menor nos níveis educativos mais baixos. Isto se deve, em parte, a que a experiência, considerada como o segundo elemento gravitante da definição dos salários relativos, desempenha um papel mais importante no caso da mão-de-obra qualificada, dado que existe nesse caso um maior espaço para o desenvolvimento de habilidades adicionais do que nas ocupações mais simples.

Apesar da maioria de estudos sobre emprego mostrar um panorama desolador, as pesquisas revelam que as e os jovens têm uma valoração positiva de suas ocupações, particularmente no que se refere ao ambiente laboral. Nesses jovens, também não existem ressentimentos em relação à sua satisfação com a escola, pois identificam a problemática do desemprego com fatores estruturais. Esta valoração pode resultar contrastante e paradoxal, se forem consideradas suas condições de trabalho e situação contratual, pois na América Latina o perfil dos empregos para jovens, em sua maioria, não proporciona condições que promovam seu desenvolvimento.

A formação profissional também deve ser valorada em toda sua extensão: para os trabalhadores, deve significar aumentar as suas possibilidades de emprego, evitar a deterioração salarial e possibilitar a sua preparação para as novas modalidades de trabalho na sociedade contemporânea; para os jovens que procuram o primeiro emprego, deve ser um instrumento para sua inserção no mercado de trabalho; e para as empresas, deve constituir uma condição para aumentar sua produtividade e competitividade, assim como, sua eficiente adequação às novas demandas do mercado e a utilização de novas tecnologias. (Declaração de São Carlos de Bariloche, 1995)

Orientações:

- Estender as linhas de atuação em fomento do trabalho decente, ampliando programas como o de Promoção de Emprego de Jovens na América Latina, (PREJAL/OIT) que promove o emprego digno e produtivo mediante a aliança entre governos, empresas, e organizações de trabalhadores e de jovens.

O projeto "Promoção de Emprego de Jovens na América Latina" está inscrito nos esforços da Rede de Emprego de Jovens das NU e o Programa Global de Emprego da OIT. Desta forma, o Governo espanhol e um grupo de empresas espanholas, coordenadas pela CEOE, decidiram, baseados nessa iniciativa, dar uma contribuição à posta em funcionamento do compromisso alcançado na Declaração do Milênio para "elaborar e aplicar estratégias que proporcionem, aos jovens de todo o mundo, a possibilidade real de encontrar um emprego digno e produtivo", através de atividades de formação setoriais concretas nos campos de novas tecnologias de comunicação e informação, energia, banco, segurança e esporte.



Adicionalmente, pretende-se criar uma rede de promoção do emprego juvenil na América Latina, mediante o compromisso global de governos, empregadores, trabalhadores e organizações de jovens. Igualmente, o projeto está dirigido a fomentar a iniciativa empreendedora, a criação de PYMES e a redução da informalidade trabalhista dos jóvenes.

- Apoiar as iniciativas de auto-emprego da juventude em conformidade com suas potencialidades particulares e as novas fontes de emprego em setores não convencionais.
- Assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas dos migrantes, principalmente da população jovem.
- Estabelecer uma estratégia quadro de regulação de oferta e demanda de emprego de nível supranacional, que melhore as expectativas da juventude em todos os países da Comunidade.
- Erradicar as situações de exploração no âmbito do trabalho, especialmente da mulher jovem.
- Impulsionar as iniciativas de teletrabalho, principalmente para facilitar a inserção da população feminina, rural e das pessoas com deficiências na força de trabalho.

- O itinerário trabalhista positivo deve iniciar-se com a educação, a formação ou acumulação de experiência produtiva; mas é, também, importante atuar sobre as restrições ao acesso a uma trajetória laboral satisfatória, principalmente no que se refere às primeiras inserções.
- Estender as linhas de atuação em fomento do trabalho decente em áreas tais como o fortalecimento dos serviços públicos de emprego, do desenvolvimento, de adequados sistemas de informação trabalhista e de credenciais para os jovens que procuram emprego, maior vinculação entre os setores dinâmicos e os sectores mais atrasados, um quadro regulatório adequado, mais e melhor proteção social, ampliando programas tais como o Plano Regional de Emprego Juvenil na América Latina (PREJAL/OIT) que promove o emprego digno e produtivo mediante a aliança entre Governos, empresas, organizações de trabalhadores e de jovens.

- Promover a educação e formação para o trabalho (retenção no sistema educativo e uma melhor transição escola-trabalho e uma formação profissional mais ajustada às necessidades da demanda laboral).
- Fomentar a formação e o desenvolvimento empresarial (integrar a capacitação empresarial no currículo da educação; fomentar os serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial; promover a associatividade empresarial).
- Promover a inclusão social de determinados coletivos juvenis (mulheres jovens, trabalhadoras domésticas, jovens rurais, indígenas).



5.6. Cultura

La cultura desempeña un papel clave na inserção social das e dos jovens, proporciona integridade social e leva à legitimidade, ao reconhecimento social e significa um espaço de recreação e construção para a juventude. É também um âmbito de desenvolvimento interpessoal que facilita os contatos e a integração em redes, permitindo a participação em ações coletivas.

A educação cultural continua sendo uma variável chave para a melhoria das perspectivas de desenvolvimento dos jovens de ambos os sexos. Isto, em conjunto com as políticas de educação dos países, tem incidido nos aumentos da assistência aos diversos níveis da educação.

O lar de origem incide claramente nas oportunidades culturais, e as e os jovens com maiores possibilidades econômicas têm um maior acesso a condições culturais mais favoráveis.

Orientações:

- Estender as linhas de atuação em fomento da cultura, ampliando e potenciando programas como o das Iberorquestras juvenis.
- Apoiar as iniciativas culturais da juventude em conformidade com suas potencialidades particulares e as novas fontes de cultura em setores não convencionais.
- Assegurar o cumprimento dos direitos culturais dos migrantes que são, fundamentalmente, população jovem.
- Impulsionar as iniciativas de associações culturais, principalmente para facilitar a inserção da população feminina, rural e com deficiências.
- Promover a educação e a formação para a cultura (retenção no sistema educativo e uma melhor transição da educação ao mundo cultural e uma formação mais ajustada às necessidades da demanda dos jovens)
- Fomentar a formação e o desenvolvimento cultural (integrar a capacitação cultural ao currículo da educação; fomentar os serviços de apoio ao desenvolvimento cultural; promover a associatividade cultural).
- Promover a inclusão social de determinados coletivos juvenis (mulheres jovens, trabalhadoras domésticas, jovens rurais, indígenas).

6. Execução do Plano.

Em concordância com o Plano de Ação da XVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Santiago do Chile, 2007), a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) apoiará e coordenará com a OIJ o **processo de**



desenvolvimento do Plano Ibero-Americano de Cooperação (para) a integração da Juventude, a fim de assegurar a inclusão social das e dos jovens da Região.

Nesse contexto, o presente Documento propõe a implementação de algumas atuações ibero-americanas que permitam obter o desenvolvimento cooperativo proposto nos epígrafes (linhas de atuação) de institucionalização da política de juventude e de participação dos jovens.

Por seu lado, dadas as características das propostas setoriais nesses três temas, educação, emprego e saúde juvenil, recomenda-se apoiar os Estados na consecução de níveis homogêneos e ascendentes nas diversas situações apresentadas por sua população jovem, priorizando as atuações, conforme as **Orientações** assinaladas nas três linhas de atuação correspondentes (Ver sub-capítulos: **5.3.**, **5.4.** e **5.5.**)

A SEGIB e a OIJ realizarão coordenações com diversas instituições, tais como a Organização de Estados Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS - OPAS), entre outras, desenhando propostas viáveis que facilitem a incorporação da perspectiva juvenil na política de educação, emprego, saúde juvenil, entre outras.

Igualmente, a OIJ deverá assegurar o desenvolvimento de ações, no sentido antes proposto, através da colaboração com as administrações públicas dos países membros e organismos competentes:

- Potenciando o conhecimento da realidade juvenil através de estudos, investigações e relatórios.
- Melhorando o conhecimento das políticas de juventude, fomentando espaços de intercâmbio de experiências e criando redes de trabalho setorial especializado.
- Estabelecendo linhas de sensibilização e de formação de responsáveis políticos e técnicos dos diversos departamentos governamentais que trabalham com a juventude, dos organismos internacionais e dos agentes da sociedade civil.
- Fomentando o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, como instrumento de trabalho em juventude pelos jovens, especialistas e instituições.

A ferramenta fundamental da execução do plano será sua Estratégia de Implementação, a qual estará contida num documento que a Secretaria-Geral da OIJ elevará à consideração das instâncias correspondentes, Conselho Diretivo de Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude). A Estratégia conterà um Programa Operativo Regional (POR) de caráter anual, com as ações encaminhadas ao cumprimento das formulações do Plano. Neste instrumento serão consignados: prioridades, organismos e instituições colaboradoras, proposta de financiamento (de acordo com os aliados estratégicos no desenvolvimento do Plano), indicadores particulares de seguimento, entre outros.



OIJ



O início desta Estratégia terá lugar na XIV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, a realizar-se na cidade de Caracas, República Bolivariana da Venezuela, oportunidade em que serão definidas as bases da mesma.

De agora em diante, a Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis da Juventude aprovará as revisões e modificações requeridas pela Estratégia de Implementação do Plano, a proposta da Secretaria-Geral da OIJ e em coordenação com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).

7. Cláusula de revisão, seguimento e avaliação do Plano.

Os países participantes no presente Plano e Estratégia poderão incluir na agenda de reuniões periódicas da OIJ, o exame do conteúdo deste documento, a fim de otimizar o seu desenvolvimento com os objetivos correspondentes.

Igualmente, a OIJ, em coordenação com a SEGIB, desenvolverá uma metodologia de monitoramento e seguimento do Plano de acordo com o avanço de sua aplicação. O Plano estará sujeito à revisão e avaliação permanente.

Em relação ao seguimento da implementação do Plano é desejável que os países ibero-americanos formulem considerações particulares para a posta em funcionamento da Estratégia elaborada pela OIJ, de maneira que a execução tenha ênfase nacional. No entendimento de que o enfoque nacional de implementação do Plano obedece a um critério de pertinência e oportunidade que cada Governo, atendendo às prioridades de desenvolvimento, pode observar melhor a modificação dos aspectos que se estimem pertinentes. A OIJ prestará a assistência técnica que seja necessária na maneira em que cada Governo ibero-americano lhe indique. Igualmente, a OIJ, durante o período de execução do Plano, desenvolverá uma metodologia de avaliação prevista na Estratégia de Implementação, a qual tem a particularidade de ser um documento aberto até ser aprovado pelos Ministros da Juventude.

8. Período de vigência.

Considerou-se que a implementação (desenvolvimento) do presente plano tenha um ciclo de vida de seis (6) anos; isto é, de 2009 a 2015. Tomando como ano de referência final 2015, que coincide com o fixado pelas Nações Unidas nas Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM)

9. Financiamento.

Será estabelecida uma priorização de ações, anualmente, conforme o Programa Operativo Regional (POR), onde será quantificado o custo das ações. Ao mesmo tempo será realizada uma revisão dos Programas Ibero-Americanos, de maneira a ser considerada a variável juventude nas linhas assinaladas neste Plano.



OIJ



Na própria execução do Plano irão sendo detectadas as necessidades de incrementar programas existentes para conseguir objetivos mais ambiciosos, ou o surgimento de novos programas específicos que reforcem a materialização dos objetivos do Plano.